



# Parlamento

## Afinal, quanto custa o tempo de serviço dos professores?

ECONOMIA 10 e 11



## PARLAMENTO

# Discussão sobre professores assenta em contas opacas

As propostas dos diferentes partidos sobre a recuperação do tempo de serviço dos professores, que ninguém explica quanto custam este ano, só terão consequência se os partidos se entenderem. O primeiro debate ficou marcado por troca de acusações.

**CATARINA ALMEIDA PEREIRA**  
catarinapereira@negocios.pt

**N**inguém parece saber ao certo qual o impacto orçamental das diferentes propostas para os professores, desde logo no orçamento deste ano. E o primeiro debate sobre o assunto no Parlamento também não foi esclarecedor. Os dados divulgados pelo Governo, que estão agregados, não são suficientemente claros.

O Executivo começou por aprovar um decreto que recupera dois anos, 9 meses e 18 dias do tempo de serviço dos professores, mas com efeitos diluídos ao longo de vários anos. O Negócios está há quase dois meses a perguntar às Finanças qual é o impacto do decreto dos docentes, mas o Governo ainda não divulgou estimativas desagregadas.

A projeção terá sido revista em alta recentemente, meses depois de fechado o orçamento. Isto porque há duas semanas o Governo anunciou uma nova modalidade optativa de recuperação de tempo de serviço. Se há agora 30 mil professores em condições de progredir este ano, em vez de 13 mil, a despesa potencial também sobe.

A questão foi abordada esta terça-feira, durante o debate sobre as apreciações parlamentares de PCP, BE, PSD e CDS, que chamaram o diploma do Governo ao Parlamento. Foi a deputada Ana Rita Bessa, do CDS, que levantou a questão: "Quanto custa foi a resposta que Mário Centeno não deu ao Parlamento na discussão do orçamento do Estado. [...] O que é que o impede de partilhar de forma transparente com o Parlamento o valor que



Um grupo de professores manifestou-se ontem à frente do Parlamento.

está em causa para que possamos decidir informadamente?"

Na resposta, a secretária de Estado da Administração e do Emprego Público reiterou outros dados: em velocidade de cruzeiro, a recuperação de uma parte do tempo num conjunto de carreiras – incluindo juizes ou militares – custa 240 milhões de euros. Fátima Fonseca sublinhou ainda que se todo o tempo fosse recuperado, as progressões custariam 650 milhões de eu-

ros por ano no caso dos professores e 800 milhões de euros considerando todas as carreiras.

## Esquerda e direita trocam acusações

Apesar de defenderem a mesma proposta para a antecipação de dois anos, 9 meses e 18 dias – que teria plenos efeitos em janeiro deste ano – a esquerda e direita não se entendem sobre a fixação de um calendário para a recuperação de nove anos

reclamados pelos sindicatos. As propostas de alteração apresentadas por PCP, BE, PSD e CDS só terão consequência se estes partidos assumirem posições concertadas. No debate de ontem, o tom foi de crispção, com críticas disparadas em todos as direções, e não apenas na do Governo. "O PSD vem aqui em modo de 'agarrem-me se não eu vou-me a eles'. Estende uma mão aos professores para depois dar a outra a Mário Centeno", criticou a de-

putada Joana Mortágua, do BE. Margarida Mano, do PSD, referiu-se depois ao "ajuste demagógico" das propostas dos parceiros do Governo, que correm "o perigo de se cair no facilitismo".

As propostas dos diferentes partidos só serão votadas na especialidade. O PSD mostra-se disponível para se abster quanto à iniciativa de cidadãos que, sendo mais ambiciosa, também só será acertada na especialidade. ■



# Propostas dos partidos violam a Constituição?

**Constitucionalistas alertam para os limites ao aumento da despesa. Mas ninguém esclarece o que está previsto no Orçamento do Estado.**

Manuel de Almeida/Lusa



“

**O que o impede [Governo] de partilhar de forma transparente com o Parlamento o valor que está em causa?**

ANA RITA BESSA  
Deputada do CDS

Porfirio Silva, deputado do PS, levantou a questão: “Se o PSD apresenta uma proposta inconstitucional, que viola a norma-travão, está o PSD a querer enganar os professores apresentando um projeto que sabe que não pode chegar a ser lei porque viola a Constituição?”

A chamada norma-travão consta do artigo 167.º da Constituição: “Os grupos parlamentares [...] e os grupos de cidadãos eleitores não podem apresentar projetos de lei, propostas de lei ou propostas de alteração que envolvam, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas do Estado previstas no Orçamento.”

A questão coloca-se porque as propostas apresentadas por BE, CDS, PCP e PSD contêm uma norma que aumenta os custos deste ano, pelo menos quando comparada com o decreto-lei do Governo (já que ninguém esclarece o que está no orçamento). Trata-se da proposta que prevê que os dois anos, nove meses e 18 dias sejam recuperados com efeitos já em janeiro, e não ao longo dos próximos anos, como estipula o decreto em vigor.

“A AR pode aprovar uma lei com esse conteúdo mas essa lei nunca poderá produzir efeitos no ano económico em curso”, responde ao Negócios o constitucionalista Paulo Otero, referindo que norma poderia produzir efeitos com o orçamento de 2020.

Os autores das propostas têm argumentos diferentes contra a aplicação da norma-travão.

Margarida Mano, deputada do PSD, sustenta que a verba necessária para cobrir esta despesa estará prevista no orçamento do Estado. “Durante o debate do orçamento o PSD questionou qual era a verba para a recuperação

dos dois anos, nove meses e 18 dias. Não nos foi dado o valor mas foi assegurado pelo ministro das Finanças que o valor estava acomodado na dotação provisional”, numa rubrica de 330 milhões euros. Se assim não for, “é o Governo que terá de se explicar”.

Já a deputada Ana Mesquita, do PCP, tem defendido que como a lei do Orçamento do Estado obriga o Governo a negociar a recuperação do tempo de serviço, o orçamento tem de conter as verbas para essa recuperação.

Nenhum dos dois argumentos convence Paulo Otero, que considera que a forma como o artigo sobre a negociação está desenhado, salvaguardando “a sustentabilidade e compatibilização com os recursos disponíveis” ainda reforça a posição do Governo.

Rodrigo Esteves de Oliveira, constitucionalista, começa por explicar que, se acelerar despesa, a proposta dos diferentes partidos “colide com a chamada “lei travão”. Contudo, o professor da Universidade de Direito de Coimbra também acrescenta que “não haverá violação da lei travão se a verba estiver registada no Orçamento do Estado de modo a abranger os tais dois anos, nove meses e 18 dias”.

O Negócios está há quase dois meses a perguntar ao Ministério das Finanças se as propostas dos partidos colidem com a norma-travão, e até que ponto, perguntando qual a verba inscrita no orçamento do Estado.

Fonte oficial respondeu esta terça-feira que a antecipação dos dois anos, nove meses e 18 dias em todas as carreiras – não apenas na dos professores – implicaria um aumento da despesa, de 40 milhões de euros para 170 milhões de euros este ano. O Governo não desagregou os dados. ■ CAP